

TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1592/2025

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objeto a contratação direta, por inexigibilidade de licitação, da empresa DPM EDUCAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ nº 13.021.017/0001-77, nos termos do art. 74, inciso III, alínea "f", da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para a prestação de serviço técnico especializado de treinamento e capacitação de pessoal para colaboradores.

1.2. Os treinamentos a serem contratados referem-se a 4 (quatro) inscrições para a capacitação promovida pela referida empresa, cursos denominados:

a) PDDE 2025 - USO DOS RECURSOS E PRESTAÇÃO DE CONTAS.

Apresentação: O curso destina-se a agentes públicos das secretarias municipais de educação e diretores de escolas, que necessitam aplicar corretamente os recursos recebidos do FNDE, de acordo com cada tipo do Programa Dinheiro Direto na Escola-PDDE, bem como ajustar prestações de contas com problemas no SIGPC e realizar as novas prestações por meio da plataforma BB Ágil.

Público Alvo: Secretários de Educação, Gestores, Conselheiros do CACS FUNDEB, servidores encarregados da execução financeira e prestação de contas dos recursos mencionados e aos servidores envolvidos com a execução de tais Programas, bem como demais interessados. **Data e Horário:** 15 de maio de 2025: das 09h às 12h e das 13h às 17h; 16 de maio de 2025: das 09h às 12h (somente pela manhã).

Local: Auditório da DPM Educação, sito na Av. Pernambuco, 1001, Térreo, Bairro Navegantes, Porto Alegre.

Carga Horária: 10 horas.

Conteúdo Programático:

1. As novas regras de execução do PDDE Básico
- 1.1 Resoluções vigentes
2. PDDE Equidade – onde aplicar os recursos?
3. Erro na execução relacionado à aplicação custeio – capital: o que fazer?
4. Ajustes em prestações de contas anteriores no SIGPC
- 4.1 Revisão do Demonstrativo Consolidado de anos anteriores
5. Monitoramento das prestações de contas realizadas no BB Ágil
6. Prestação de Contas no BB Ágil passo a passo
7. Solução BB GESTÃO ÁGIL
- 7.1 Cadastramento da Chave J
- 7.2 Perfis dos usuários que utilizarão a ferramenta
- 7.3 Processo de categorização das movimentações financeiras
- 7.4 Inclusão de documento fiscal
- 7.5 Extrato de Prestação de Contas.

Professor(as): Doris Rosangela Freitas do Couto - Consultora em elaboração metodológica de Projetos e eventos e sócia da empresa Progettare Consultoria e Produções Ltda. e Mara Backes - Contadora, Especialista em Direito Público, Consultora Contábil e Professora da DPM Educação.

b) O PRONTO PAGAMENTO DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021: CONSEQUÊNCIA DO REGIME DE ADIANTAMENTO DA LEI FEDERAL Nº 4.320/1964. QUANDO E COMO UTILIZÁ-LO?

Apresentação: A realização de procedimento licitatório para que a Administração Pública contrate com terceiros é regra imposta pelo art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal. De forma excepcionalíssima, algumas despesas poderão ser custeadas sob o regime de adiantamento, previsto na Lei Federal nº 14.133/2021, atual Lei de Licitações e Contratos como pronto pagamento, por meio do qual é antecipado determinado valor a servidor para custeio de despesas que não possam subordinar-se ao processo normal de licitação ou suas exceções. Porém, constatou-se que muitos servidores estão se utilizando do pronto pagamento de forma equivocada, como sendo a antiga “compra direta”, extinta pela revogada Lei Federal nº 8.666/1993, para pequenas compras e prestação de serviços rotineiros, que não passam pelo devido planejamento da Administração. Desta forma, preocupados com a utilização adequada deste instituto, principalmente em razão da vigência obrigatória da nova Lei de Licitações desde janeiro de 2024, bem como pela proximidade de um novo mandato, a DPM Educação oferece o presente treinamento com o fito de esclarecer sobre os trâmites necessários e as regras a serem observadas para utilização, processamento e prestação de contas de regime de adiantamento, também conhecido como “suprimento de fundos”. Este curso tem por objetivo capacitar tecnicamente os servidores e agentes públicos que, de qualquer forma, participam do processamento do regime de adiantamento, instruindo-os quanto às formalidades e regras a serem observadas no uso desses recursos, apresentando as hipóteses legais de utilização, os limites, as regras orçamentárias e as de prestação de contas.

Público Alvo: Servidores dos setores de compras e licitações, servidores que tenham sob sua responsabilidade a condução dos processos de despesas públicas, Contadores, Tesoureiros, Secretários, Assessores, Consultores, Procuradores Jurídicos, Controladores Internos, Prefeitos, Vereadores e demais interessados.

Data e Horário: 26 de maio de 2025: das 13h às 17h;
27 de maio de 2025: das 13h às 17h.

Local: On-line.

Carga Horária: 08 horas.

Conteúdo Programático:

1. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

1.1 Conceito

1.2 O pronto pagamento trazido na Lei Federal nº 14.133/2021

1.3 O regime de adiantamento previsto na Lei Federal nº 4.320/1964

2. O PRONTO PAGAMENTO

2.1 A extinção da compra direta e o crescimento da utilização do pronto pagamento

2.2 O pronto pagamento x dispensa emergencial x dispensa em razão do valor

2.3 A utilização para pequenas compras e prestação de serviços

2.4 Necessidade de legislação municipal e de regulamentação

- 2.5 Observância do limite do valor legal e sua atualização
- 2.6 Definição dos valores, abrangência e periodicidade de utilização
- 2.7 Exemplos de possibilidades de uso
- 2.8 Disponibilização e análise dos modelos de lei e decreto

3 OPERACIONALIZAÇÃO DO ADIANTAMENTO DE DESPESAS

- 3.1. Previsão orçamentária e ordenação da despesa em regime de adiantamento
- 3.2. Empenho prévio, dotação orçamentária, detalhamento e justificativa
- 3.3. Formalidades nos atos de concessão e recebimento
- 3.4. Responsabilidades em relação a despesa em regime de adiantamento

4. PRESTAÇÃO DE CONTAS

- 4.1. Formalidades de procedimentos de prestação de contas
- 4.2. Competência para análise, avaliação e parecer
- 4.3. Prazos: prestação de contas, análise, contraditório e recolhimento de saldos
- 4.4. Prestação de contas: tipos de documentos comprobatórios
- 4.5. Documentos não aceitos em prestações de contas de adiantamentos
- 4.6. Devolução, glosa e baixa do adiantamento.

Professor(as): Caroline Dias Nesi - Advogada, Especialista em Direito Público, Consultora Jurídica da Pause & Perin Advogados e Professora da DPM Educação e Mara Backes - Contadora, Especialista em Direito Público, Consultora Contábil e Professora da DPM Educação.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A contratação pretendida concerne a necessidade da Administração em capacitar os profissionais que trabalham diretamente com estes serviços.

2.2. Conforme pesquisa de mercado realizada, para solução da necessidade administrativa, objeto do presente Estudo Técnico Preliminar, vislumbra-se possível, sob o aspecto técnico e econômico, e pelas características do objeto da contratação, que a contratação seja realizada através de inexigibilidade de licitação, com base no artigo 74, inciso III, alínea “f” da Lei Federal nº 14.133/2021.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A solução proposta é a contratação de empresa especializada em serviços técnicos profissionais especializados em treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, conforme as seguintes especificações:

3.1.1. Cursos presenciais, ministrados pela Empresa DPM EDUCAÇÃO LTDA, na cidade de Porto Alegre/RS, com os temas:

a) Curso Presencial: PDDE 2025 - USO DOS RECURSOS E PRESTAÇÃO DE CONTAS - 15 de maio de 2025: das 09h às 12h e das 13h às 17h e 16 de maio de 2025 das 9h às 12h, valor total de **R\$ 599,40** (quinhentos e noventa e nove reais com quarenta centavos), por participante, a saber: AMANDA DEMETRIO DOS SANTOS, DAIANE RODRIGUES MUNHOZ e ROSEANA MOCELIN.

b) Curso On-line: O PRONTO PAGAMENTO DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021: CONSEQUÊNCIA DO REGIME DE ADIANTAMENTO DA LEI FEDERAL Nº 4.320/1964. QUANDO E COMO UTILIZÁ-LO? - 26 e 27 de maio de 2025: das 09h às 12h, valor de R\$ 471,00 (quatrocentos e setenta e um reais), por participante, a saber: AMANDA DEMETRIO DOS SANTOS.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 A empresa deverá ter em seu objeto social atividades correlatas com a contratada;

4.2 A empresa deverá possuir a documentação necessária para a formalização da contratação;

4.5 Obrigações das partes:

4.5.1 São obrigações da CONTRATANTE:

I - Efetuar o devido pagamento à CONTRATADA;

II - Determinar as providências necessárias quando a execução do objeto não observar a forma estipulada no presente termo, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, quando for o caso;

III - Designar servidor pertencente ao quadro da CONTRATANTE, para ser responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do objeto do contrato;

IV - Cumprir todas as demais cláusulas do contrato.

4.5.2 São obrigações da CONTRATADA:

I – Fornecer a capacitação de acordo com as especificações, e prazos estabelecidos;

II - Responsabilizar-se por todos os ônus e tributos, emolumentos, honorários ou despesas incidentes sobre o serviço contratado, bem como por cumprir todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e acidentárias relativas aos funcionários que empregar para a execução do objeto, inclusive as decorrentes de convenções, acordos ou dissídios coletivos;

III - Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, apresentando, mensalmente, cópia das guias de recolhimento das contribuições para o FGTS e o INSS relativas aos empregados alocados para a execução do contrato, bem como da certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT), sendo o caso;

IV – Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

V - Zelar pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas do Ministério do Trabalho, cabendo à CONTRATADA o fornecimento de equipamentos de proteção individual (EPI), sendo o caso;

VI - Responsabilizar-se por todos os danos causados por seus funcionários à CONTRATANTE e/ou terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, devidamente apurados mediante processo administrativo, quando da execução do objeto contratado;

VII - Reparar e/ou corrigir, às suas expensas, o serviço em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do objeto em desacordo com o pactuado;

VIII - Executar as obrigações assumidas no contrato por seus próprios meios, não sendo admitida a subcontratação.

4.6 hipóteses de sanções e extinção contratual

4.6.1 A CONTRATADA estará sujeita às seguintes penalidades:

I - Multa de 3% sobre o valor total atualizado do contrato, pela inexecução parcial do contrato.

II - Multa de 10% sobre o valor total atualizado do contrato, pela inexecução total do contrato;

III - Advertência ou suspensão do direito de participar em licitação do CONTRATANTE, por prazo não superior a 02(dois) anos, e ainda, declará-lo inidôneo para contratar ou transacionar com o Município.

4.6.2 Da extinção do contrato: As hipóteses que constituem motivo para extinção contratual estão elencadas no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, que poderão se dar, após assegurados o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA. A extinção do contrato poderá ser:

I - Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II - Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III - Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

4.7 Para a prestação dos serviços pretendidos os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar os seguintes documentos a título habilitação:

4.7.1 Jurídica: Contrato Social ou requerimento de empresário individual com as alterações posteriores;

4.7.2 Fiscal, Social e Trabalhista: de acordo com os incisos I à VI do art. 68;

4.7.3 Econômica Financeira: de acordo com o inciso II do art. 69;

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. A execução dos serviços contratados deverá ocorrer nos moldes estabelecidos no item 1 deste instrumento, observando-se integralmente o cronograma, a carga horária, o conteúdo programático

e os instrutores indicados na proposta da empresa contratada. Os cursos serão realizados presencialmente na sede da DPM Educação, localizada na Av. Pernambuco, 1001, Térreo, Bairro Navegantes, Porto Alegre/RS, devendo ser respeitados os horários de início e término previstos, conforme segue:

a) **Curso:** *Curso Presencial: PDDE 2025 - USO DOS RECURSOS E PRESTAÇÃO DE CONTAS - 15 de maio de 2025: das 09h às 12h e das 13h às 17h e 16 de maio de 2025 das 9h às 12h*, com valor total de **R\$ 1.798,20 (mil, seiscentos e setenta e oito reais com vinte centavos)**.

Professora: Doris Rosangela Freitas do Couto - Consultora em elaboração metodológica de Projetos e eventos e sócia da empresa Projettare Consultoria e Produções Ltda. e Mara Backes - Contadora, Especialista em Direito Público, Consultora Contábil e Professora da DPM Educação.

b) **Curso:** *O PRONTO PAGAMENTO DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021: CONSEQUÊNCIA DO REGIME DE ADIANTAMENTO DA LEI FEDERAL Nº 4.320/1964. QUANDO E COMO UTILIZÁ-LO?* - 26 e 27 de maio de 2025: das 09h às 12h, valor de **R\$ 471,00 (quatrocentos e setenta e um reais)**.

Professoras: Caroline Dias Nesi - Advogada, Especialista em Direito Público, Consultora Jurídica da Pause & Perin Advogados e Professora da DPM Educação e Mara Backes - Contadora, Especialista em Direito Público, Consultora Contábil e Professora da DPM Educação.

5.2. A empresa contratada compromete-se a garantir que os cursos sejam ministrados **pelos mesmos profissionais indicados em sua proposta técnica**, sendo vedada a substituição sem a devida autorização formal da contratante. Toda e qualquer alteração deverá ser justificada e previamente aprovada.

5.3. O cumprimento fiel ao conteúdo programático, ao cronograma e à carga horária contratada será condição essencial para fins de aceitação dos serviços prestados e liberação de pagamento.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. Para a contratação futura pretendida, a Administração providenciará o empenho prévio da despesa em favor da empresa, e a designação do gestor e fiscal do contrato.

6.2. Os servidores designados para atuar como fiscal e gestor do contrato serão designados através Portaria, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 3.598/2023.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. O pagamento será realizado em uma parcela de R\$ 2.269,20 (dois mil, duzentos e sessenta e nove reais com vinte centavos), a qual deverá ser paga em até 30 dias mediante apresentação de Nota Fiscal de Serviços, por depósito em conta corrente de titularidade da empresa contratada.

7.2. Após recebimento da nota fiscal, o expediente será encaminhado para que o fiscal do contrato ateste a prestação do serviço, e estando de acordo com as especificações solicitadas, será o expediente encaminhado para pagamento.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR/PRESTADOR DE SERVIÇO

8.1. Por tratar-se de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, que deverão ser realizados por profissionais ou empresas de notória especialização, considerando a necessidade de que os profissionais ou a equipe técnica da empresa possuam conhecimento e experiência em administração pública, identifica-se a inviabilidade de competição, desta forma a contratação deverá ocorrer por contratação direta por inexigibilidade de licitação, com fundamento no artigo 74, inciso III, alínea "f" da Lei nº 14.133/2021 conforme segue:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

(...);

III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

(...);

f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;

Veja-se que reside fundamento na inexigibilidade de licitação, com amparo no art. 6º, inc. XIX c/c o art. 74, inc. III, alínea "f", ambos da Lei n.º 14.133/2021, a seguir:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

(...);

XIX - notória especialização: qualidade de profissional ou de empresa cujo conceito, no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permite inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato;"

8.2. O serviço técnico especializada de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, pode ser realizado por meio da contratação de empresa/profissional com notória especialização, visto ser dotado de singularidade e restando inviável a competição. Conforme esclarecido a escolha do fornecedor decorre da singularidade apontada em virtude da notória especialização.

8.3. Dessa forma, a singularidade também se caracteriza por força da impossibilidade de estabelecer critérios objetivos de comparação técnica para objetos dessa natureza, que dependem de capacidade e do desempenho do profissional que o executará. Os profissionais são considerados notoriamente especializados, em face da sua formação técnica e experiência profissional no campo de sua atuação e especialidade.

8.4. Além das razões já expostas, seleção do fornecedor ocorreu pelo conteúdo programático disponibilizado, o qual vem de encontro as necessidades atuais da Administração, e pela notória especialização.

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

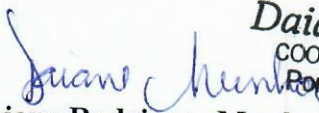
9.1. O valor da contratação é o apresentado nos folders dos cursos, que correspondem R\$ 2.269,20 (dois mil, duzentos e sessenta e nove reais com vinte centavos).

9.2. Vislumbra-se em relação ao disposto no Decreto Municipal n.º 3.595/2023, que “Estabelece o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens, contratação de serviços em geral e para contratação de obras e serviços de engenharia no âmbito do Município, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021”, foram cumpridos os requisitos quanto a comprovação do valor em casos de inexigibilidade de licitação.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

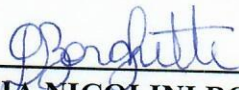
10.1. O dispêndio financeiro decorrente da contratação ora pretendida decorrerá da dotação orçamentária anexa.

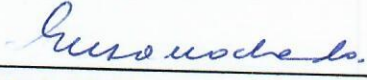
Espumoso/RS, 09 de maio de 2025.


Daiane Munhoz
COORD. PEDAGÓGICA
Portaria nº 27.314
Daiane Rodrigues Munhoz
Coordenadora Pedagógica

VIABILIDADE DECLARADA PELAS AUTORIDADES SUPERIORES:

DATA: Espumoso/RS, 09 de maio de 2025.


DANIA NICOLINI BORGHETTI
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO
Portaria nº 27.058/2025


GERSON LOPES RODRIGUES MACHADO
PREFEITO MUNICIPAL